

CONTRATO CEDAE N.º 183 /2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **SULZER PUMPS WASTEWATER BRASIL LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **SULZER PUMPS WASTEWATER BRASIL LTDA**, com filial localizada na Avenida Engenheiro João Fernandes Gimenes Molina, n.º 905, Galpão B, Distrito Industrial, Jundiaí - SP, CEP n.º 13.213-080, inscrita no CNPJ sob o n.º 77.153.260/0013-65, neste ato por meio de seu Procurador ao final assinado, Sr. DARCIO MACHADO JUNIOR, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador do RG 20088610 (SSP-SC), e inscrito no CPF sob o n.º 571.822.309-25, residente e domiciliado na Rua Pedro Natalício de Moraes, n.º 275, Apt. 903, Belo Horizonte - MG, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo n.º **E-17/100.450/2015** mediante **Pregão Eletrônico 367/2018 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/12/79, Decreto Estadual n.º 3.149/80, Decreto Estadual n.º 42.063/2009, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a aquisição de **"AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL"**, itens 01 a 09 e 16 a 21 do edital, conforme tabela abaixo.

Itens	Descrição	Quant (UN)
01 (cota principal)	Motobomba Submersível 7,5CV 4 Polos 1.760RPM 220VCA 60HZ.	05
02 (cota reservada)	Motobomba Submersível 7,5CV 4 Polos 1.760RPM 220VCA 60HZ.	01
03 (cota principal)	Motobomba Submersível 18CV 4 Polos 1.780RPM 220VCA 60HZ.	03
04 (cota reservada)	Motobomba Submersível 18CV 4 Polos 1.780RPM 220VCA 60HZ.	01
05 (cota principal)	Motobomba Submersível 28CV 4 Polos 1.770RPM 220VCA 60HZ.	04
06 (cota reservada)	Motobomba Submersível 28CV 4 Polos 1.770RPM 220VCA 60HZ.	01
07 (ampla concorrência)	Motobomba Submersível 34CV 6 Polos 1.190RPM 220VCA 60HZ.	13
08 (ampla concorrência)	Motobomba Submersível 70CV 6 Polos 1.190RPM 220VCA 60HZ.	03
09 (ampla concorrência)	Motobomba Submersível 139CV 6 Polos 1.190RPM 380VCA 60HZ.	02
16 (cota principal)	Motobomba Submersível 2,8KW 3,8CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	29
17 (cota reservada)	Motobomba Submersível 2,8KW 3,8CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	05
18 (cota principal)	Motobomba Submersível 3,5KW 4,8CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	20

19 (cota reservada)	Motobomba Submersível 3,5KW 4,8CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	06
20 (cota principal)	Motobomba Submersível 10,5KW 14,3CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	12
21 (cota reservada)	Motobomba Submersível 10,5KW 14,3CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	03

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **150 (cento e cinquenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo II deste Edital).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 367/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressaltando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- responder pelo contrato na forma da lei.
- manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propostos à **CEDAE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064

Código Orçamentário: 44.90.52.21

Fonte de Recursos: 10

Conta Contábil: 141110011

Centro de Custos: DS03000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018001144

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 2.758.102,68** (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, cento e dois reais e sessenta e oito centavos), conforme tabela abaixo.

Itens	Descrição	Quant (UN)	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01 (cota principal)	Motobomba Submersível 7,5CV 4 Polos 1.760RPM 220VCA 60HZ.	05	14.224,13	71.120,65
02 (cota reservada)	Motobomba Submersível 7,5CV 4 Polos 1.760RPM 220VCA 60HZ.	01	14.224,13	14.224,13
03 (cota principal)	Motobomba Submersível 18CV 4 Polos 1.780RPM 220VCA 60HZ.	03	27.586,20	82.758,60
04 (cota reservada)	Motobomba Submersível 18CV 4 Polos 1.780RPM 220VCA 60HZ.	01	27.586,20	27.586,20
05 (cota principal)	Motobomba Submersível 28CV 4 Polos 1.770RPM 220VCA 60HZ.	04	31.465,51	125.862,04
06 (cota reservada)	Motobomba Submersível 28CV 4 Polos 1.770RPM 220VCA 60HZ.	01	31.465,51	31.465,51
07 (ampla concorrência)	Motobomba Submersível 34CV 6 Polos 1.190RPM 220VCA 60HZ.	13	75.500,00	981.500,00
08 (ampla concorrência)	Motobomba Submersível 70CV 6 Polos 1.190RPM 220VCA 60HZ.	03	112.000,00	336.000,00
09 (ampla concorrência)	Motobomba Submersível 139CV 6 Polos 1.190RPM 380VCA 60HZ.	02	130.000,00	260.000,00
16 (cota principal)	Motobomba Submersível 2,8KW 3,8CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	29	9.482,75	274.999,75
17 (cota reservada)	Motobomba Submersível 2,8KW 3,8CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	05	9.482,75	47.413,75
18 (cota principal)	Motobomba Submersível 3,5KW 4,8CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	20	9.482,75	189.655,00
19 (cota reservada)	Motobomba Submersível 3,5KW 4,8CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	06	9.482,75	56.896,50
20 (cota principal)	Motobomba Submersível 10,5KW 14,3CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	12	17.241,37	206.896,44
21 (cota reservada)	Motobomba Submersível 10,5KW 14,3CV 4 Polos 1.750RPM 60HZ.	03	17.241,37	51.724,11
TOTAL:				2.758.102,68

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

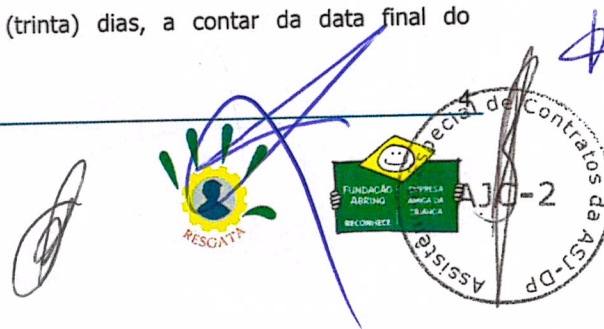
CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 2.758.102,68 (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, cento e dois reais e sessenta e oito centavos)**, em parcelas, de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.



PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".



PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirrisco básicos**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.



PARÁGRAFO NONO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo X do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 262/2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE



PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.




PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

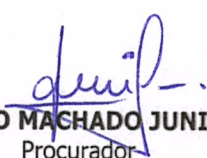
Rio de Janeiro, 07 de Janeiro de 2019.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor de Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


DARCIO MACHADO JUNIOR
Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-SULZER-PUMPS-aquisição-de-motobomba-submersível-PE-367-2018-VBO

77.153.260/0013-65

Sulzer Pumps Wastewater
Brasil Ltda.

Av. Engenheiro João P. G. Molina nº 905
Distrito Industrial - Cep. 13.213-080
Jundiaí - SP

des inerentes ao registro e licenciamento de veículos realizados pelo DETRAN/RJ, em condições satisfatórias e de boa-fé, realizados no período de 9 a 30 de novembro de 2018, conforme indicado na nota fiscal nº 00000556. VALOR TOTAL: R\$ 4.659.502,08 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil quinhentos e dois reais e oito centavos). DATA DA ASSINATURA: 25.01.2019. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Estadual nº 287/79, Decreto nº 3.149/80 e arts. 59 e 60, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSO: Nº E-12/061/105340/2018.

Id: 2159970

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
JUNTA DE REVISÃO FISCAL
AVISO

DIVULGA A RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AOS AUDITORES TRIBUTÁRIOS DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL EM 21 DE JANEIRO DE 2019

O PRESIDENTE DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XXVIII, do art. 20, c/c o art. 22, da Resolução SER Nº 023, de 16 de maio de 2003, e em cumprimento ao artigo 6º, da Portaria JRF nº 36, de 11 de maio de 2015, torna pública a relação de processos distribuídos no dia 21 de janeiro de 2019, para julgamento, aos Auditores Tributários da Junta de Revisão Fiscal.

PROCESSO Nº	TURMA	ID
E04-012/100796/2018	1ª Turma	43230024
E04-022/100643/2018	1ª Turma	43230024
E04-022/100644/2018	1ª Turma	43230024
E04-033/100247/2018	1ª Turma	43230024
E04-034/104192/2018	1ª Turma	43230024
E04-046/102795/2018	1ª Turma	43230024
E04-046/100262/2015	1ª Turma	43229476
E04-046/100262/2015	1ª Turma	43229476
E04-046/100263/2015	1ª Turma	43229476
E04-046/100263/2015	1ª Turma	43229476
E04-046/103612/2018	1ª Turma	43229476
E04-046/103627/2018	1ª Turma	43229476
E04-034/102141/2018	2ª Turma	19394942
E04-039/100110/2018	2ª Turma	19394942
E04-041/100040/2017	2ª Turma	19394942
E04-091/100097/2018	2ª Turma	19394942
E04-091/100098/2018	2ª Turma	19394942
E04-091/100101/2018	2ª Turma	19394942
E04-034/100395/2018	2ª Turma	19394942
E04-034/100726/2017	2ª Turma	19394942
E04-034/100813/2018	2ª Turma	19394942
E04-046/103969/2018	2ª Turma	19394942
E04-046/103970/2018	2ª Turma	19394942
E04-101/100581/2018	2ª Turma	19394942
E04-039/100138/2018	3ª Turma	19394942
E04-046/102014/2018	3ª Turma	19394942
E04-046/102902/2018	3ª Turma	19394942
E04-046/103117/2018	3ª Turma	19394942
E04-101/100119/2018	3ª Turma	19394942
E04-101/100815/2018	3ª Turma	19394942
E04-000/062154/2010	3ª Turma	19394942
E04-000/249304/2011	3ª Turma	19394942
E04-019/100305/2018	3ª Turma	19394942
E04-046/100205/2014	3ª Turma	19394942
E04-046/103611/2018	3ª Turma	19394942
E04-046/105142/2018	3ª Turma	19394942
E04-022/1006874/2018	3ª Turma	19394942
E04-041/100331/2017	3ª Turma	19394942
E04-046/102131/2018	3ª Turma	19394942
E04-046/103092/2018	3ª Turma	19394942
E04-046/103127/2018	3ª Turma	19394942
E04-046/103470/2018	3ª Turma	19394942
E04-029/100459/2017	4ª Turma	19501170
E04-034/102546/2018	4ª Turma	19501170
E04-039/100051/2018	4ª Turma	19501170
E04-039/100070/2018	4ª Turma	19501170
E04-046/102606/2018	4ª Turma	19501170
E04-046/103329/2018	4ª Turma	19501170
E04-042/100059/2018	4ª Turma	19396554
E04-046/100784/2018	4ª Turma	19396554
E04-046/102635/2018	4ª Turma	19396554
E04-046/103628/2018	4ª Turma	19396554
E04-101/100028/2018	4ª Turma	19396554
E04-101/100038/2018	4ª Turma	19396554
E04-041/100140/2018	4ª Turma	19396554
E04-041/100141/2018	4ª Turma	19396554
E04-046/103312/2018	4ª Turma	19396554
E04-046/103313/2018	4ª Turma	19396554
E04-046/103314/2018	4ª Turma	19396554
E04-046/103315/2018	4ª Turma	19396554
E04-034/104429/2018	5ª Turma	19502648
E04-035/100174/2018	5ª Turma	19502648
E04-035/100175/2018	5ª Turma	19502648
E04-035/100176/2018	5ª Turma	19502648
E04-079/004212/2016	5ª Turma	19502648
E04-091/100064/2018	5ª Turma	19502648
E04-037/100244/2018	6ª Turma	19841350
E04-037/100246/2018	6ª Turma	19841350
E04-211/1000362/2018	6ª Turma	19841350
E04-211/1000800/2018	6ª Turma	19841350
E04-211/1001483/2018	6ª Turma	19841350
E04-211/1001509/2018	6ª Turma	19841350
E04-211/1001714/2018	6ª Turma	19841350
E04-211/1002286/2018	6ª Turma	19841350
E04-211/1002287/2018	6ª Turma	19841350
E04-034/100385/2018	6ª Turma	19841350
E04-034/102712/2018	6ª Turma	19841350
E04-035/100148/2018	6ª Turma	19841350
E04-038/100064/2018	6ª Turma	19841350
E04-035/100115/2018	6ª Turma	19841350
E04-046/101934/2018	6ª Turma	19841350
E04-010/000477/2016	7ª Turma	43650660
E04-010/000543/2016	7ª Turma	43650660
E04-043/100134/2018	7ª Turma	43650660

Id: 2159974

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico e Geração de Emprego e Renda

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

ZAGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

SESSÃO REGULATÓRIA ORDINÁRIA

A AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGERENSA, COMUNICA AOS MUNICÍPIOS ABAIXO, QUE REALIZARÁ SESSÃO REGULATÓRIA ORDINÁRIA DESTA AGENERSA, no dia 30/01/2019, às 10h, a ser realizada em nossa Sede, na Avenida Treze de Maio, 23 - Edifício Darko - 2º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ, para apreciação dos Processos Regulatórios, conforme pauta publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro-Poder Executivo de 25/01/2019, página 26 e no site da AGERENSA.

Ao ensejo, rogo indicação desse Poder Concedente de vogal para participação do julgamento, com direito a voto. Para tanto disponibilizo modelo de termo de Compromisso no link <http://www.agerensa.gov.br/documentos/vogal.pdf>. Copie, cole o endereço no navegador, que deverá ser devolvido com antecedência à esta AGERENSA, devidamente preenchido e acompanhado do "currículo vitae" e ofício com a indicação do vogal observando o § 1º do artigo 7º da Lei nº 4566/2005.

Importante ressaltar que na indicação de mais de um vogal pelos poderes concedentes, o Conselho Diretor realizará sorteio dos indicados presentes, objetivando a escolha de somente um representante no julgamento do processo.

Informo que os relatórios dos processos se encontrarão disponíveis na internet, sob o endereço www.agerensa.rj.gov.br - Home - Sessões Regulatórias - Relatório, bem como que a Sessão Regulatória será transmitida em tempo real no link Home - Sessões Regulatórias - Sessão ao Vivo.

MUNICÍPIOS DA ÁREA DE CONCESSÃO DA CEDAE

ANGRA DOS REIS, APERIBÉ, BARRA DO PIRAI, BELFORD ROXO, BOM JARDIM, BOM JESUS DE ITABAPOANA, CACHOEIRAS, DE MACACU, CAMBUCI, CANTAGALO, CARAPEBUS, CARDOSO MOREIRA, CASIMIRO DE ABREU (BARRA DE SÃO JOÃO), CORDEIRO, DUAS BARRAS, DUQUE DE CAXIAS, ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIM, ITABORAÍ, ITAGUAÍ, ITALVA, ITACARA, ITAPERUNA, JAPERI, MACAÉ, MACIUCO, MAGÉ, MANGARATIBA, MARICÁ, MESQUITA, MIGUEL PEREIRA, MIRACEMA, LAJE DO MURIAÉ, NATIVIDADE, NILOPOLIS, NOVA IGUAÇU, PARACAMBI, PARAIBA DO SUL, PATY DO ALFERES, PINHEIRAL, PIRAI, PORCIÚNCULA, QUEIMADOS, QUISSAMA, RIO DE JANEIRO, RIO BONITO, RIO CLARO, RIO DAS OSTRAS, SANTA MARIA MADALENA, SÃO FIDELIS, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, SÃO GONÇALO, SÃO JOÃO DA BARRA, SÃO JOÃO DO MÉRITO, SÃO JOSÉ DE UBA, SÃO SEBASTIÃO DO ALTO, SAPICURÁ, SACUAREMA, SACUAMA, SACUPARA, SUMIDOURA, TANGUÁ, TERESÓPOLIS, TRAJANO DE MORAES, VALENÇA, VARRE SAI, VASSOURAS.

Id: 2160068

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Convênio, PARTES: Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro e ASPLANDE. OBJETO: divulgação do Programa de Microcrédito no Estado. ASSINATURA: 19/01/2019. PRAZO: 24 meses. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 27, § 3º, c/c o art. 28, § 2º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Id: 2160071

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato IPER/RJ nº 015/2017.

PARTES: Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa Green Card S/A Refeições Comércio e Serviços.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência, por mais 12 (doze) meses.

ASSINATURA: 04/01/2019.

VALOR: R\$ 2.379.696,00 (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil seiscentos e noventa e seis reais), totalizando o contrato no valor global de R\$ 4.759.392,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e nove mil trezentos e noventa e dois reais).

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8666/1993.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-12/171/404/2017.

*Omitido no D.O. de 07/01/2019.

Id: 2158856

LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÕES

D.O. DE 19/01/2019

PÁGINA 30 - 1ª COLUNA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 678/2017.

Onde se lê:

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, a contar de 17/01/2018, dando-se ao Termo de Fomento o prazo total de 22 (vinte e dois) meses.

Leia-se:

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, a contar de 17/01/2019, dando-se ao Termo de Fomento o prazo total de 22 (vinte e dois) meses.

D.O. DE 23/01/2019

PÁGINA 17 - 3ª COLUNA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 672/2017.

Onde se lê:

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar de 23/01/2018, dando-se ao Termo de Fomento o prazo total de 16 (dezesseis) meses.

Leia-se:

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar de 23/01/2019, dando-se ao Termo de Fomento o prazo total de 16 (dezesseis) meses.

Id: 2159959

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 183/2018 (DF).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a XYLEM BRASIL SOLUÇÕES PARA ÁGUA LTDA.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL", itens 01 a 09 e 16 a 21 do edital.

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 2.758.102,68 (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil cento e dois reais e sessenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 07/01/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.450/2015 (Pregão Eletrônico nº 367/2018 - ASL-DP).

Id: 2160075

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 184/2018 (DF).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a XYLEM BRASIL SOLUÇÕES PARA ÁGUA LTDA.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL", itens 10, 11, 13, 14, 15, 22 e 23 do Edital.

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 893.087,80 (oitocentos e noventa e três mil oitenta e sete reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 07/01/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.450/2015 (Pregão Eletrônico nº 367/2018 - ASL-DP).

Id: 2160076

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 302/2019 ASL-DP.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE EXAUSTOR E INSULFADOR DE AR".

DATA DA ETAPA DE LANCES: 12/02/2019 HORÁRIO: 11:00 horas

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 261.098,64.

O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2532-3829 e 2532-3931, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2160112

Secretaria de Estado de Polícia Militar

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preço nº 021-12/2018.

OBJETO: Aquisição de Material Médico Hospitalar - Fios Cirúrgicos.

PARTES: SESEG/PMERJ e a Empresa MEDICAL SUTURE COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 02.376.490/0001-50.

PRAZO: 12 (doze) meses, a partir desta publicação.

VALOR TOTAL: R\$ 16.625,60 (dezesseis mil seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2018.

FUNDAMENTO: Processo nº E-09/106/0039/2018 (Pregão Eletrônico nº 068/2018).

Item	Descrição	ID SIGA	Quantidade	Preço Unitário Registrado R\$	Preço Global Registrado (Estimado) R\$
25	FIO DE SUTURA, TIPO: INABSORVIVEL, MATERIAL: ALGODOA, CONSTRUÇÃO: N/A, NUMERO FIO: Nº 3 - 0, COMPRIMENTO FIO: 45 A 75 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CIRCULO CILINDRICA, TAMANHO AGULHA: 26 A 30 MM, MARCA: COVIDIEN	116853	PMERJ 220	2,36	519,20
37	FIO DE SUTURA, TIPO: INABSORVIVEL, MATERIAL: POLIAMIDA (NYLON), CONSTRUÇÃO: COM DUAS AGULHAS MICRO-ESPATULADAS, NUMERO FIO: Nº 10-0, COMPRIMENTO FIO: 30 CM, MODELO AGULHA: 3/8 CIRCULO CORTANTE, TAMANHO AGULHA: 65 MM, MARCA: COVIDIEN	57209	PMERJ 120 UERJ 600	21,87	15.746,40